

POR UM ACT DIGNO!**PETROLEIROS INICIAM ASSEMBLEIAS PARA REJEITAR NOVA PROPOSTA DA PETROBRÁS E FORTALECER MOBILIZAÇÃO**

Teve início nas unidades de terra e mar o ciclo de assembleias dos trabalhadores e trabalhadoras do Litoral Paulista para deliberar sobre a segunda proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) apresentada pela gestão da empresa. O pleito acontece até o dia 30 de outubro. Mais uma vez, o alto escalão da estatal subestimou a inteligência da categoria, apresentando um texto recheado de ataques disfarçados de avanços e ignorando, completamente, a pauta de reivindicações construída coletivamente.

A postura intransigente da companhia se repete, agora sob o comando de Magda Chambriard, atual presidente da Petrobrás, marcada pelo arrocho e pela priorização dos interesses do mercado financeiro em detrimento dos direitos da categoria. A diretoria do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) indicam rejeição total à proposta, que mantém o cenário de desvalorização e precarização do trabalho.

Enquanto a Petrobrás segue premiando acionistas, os trabalhadores e trabalhadoras que constroem diariamente os resultados da empresa continuam sendo ignorados. É a continuidade da farra dos dividendos, promovida pela gestão Magda, às custas do suor, da dignidade e da vida dos petroleiros e petroleiras.

Nas assembleias, serão votados dois pontos fundamentais:

- Rejeição da 2ª proposta de ACT 2025;

- Aprovação de paralisações intensificadas nas bases, com vistas à construção de uma greve nacional.

A categoria sabe que a única linguagem que a Petrobrás entende é a da mobilização. E, se for preciso, a greve será o instrumento de resposta. O Litoral Paulista tem um histórico de protagonismo nas lutas da categoria, com greves históricas que jamais serão esquecidas como a de 2015 — e que podem, mais uma vez, ser repetidas para garantir respeito e valorização.

A Petrobrás segue sem apresentar soluções concretas para pautas históricas, como: aumento real com reposição das perdas salariais; valorização da força de trabalho; regras claras e democráticas para o teletrabalho; fim do banco de horas nas áreas operacionais; alimentação digna e gratuita; isonomia entre trabalhadores próprios e contratados; recomposição do efetivo operacional; cumprimento das mesas temáticas previstas no ACT (Frequência, Regimes de Trabalho e Teletrabalho), que seguem sem qualquer avanço; a correção da RMNR, a criação de um novo Plano de Car-

gos e Salários e a valorização da diversidade e da igualdade regional.

A situação dos trabalhadores offshore é ainda mais grave. Além de ignorar as demandas específicas da pauta do setor, a Petrobrás tem acirrado os ataques aos embarcados: o caos aéreo se intensifica, extras vêm sendo cortados, e a empresa alterou fichas funcionais de empregados, transferindo sua lotação de EDISA (Santos) para EDISEN (Rio de Janeiro) — uma clara tentativa de burlar o direito à transferência e à representação sindical legítima. Em ofício conjunto, as federações e sindicatos que representam a categoria denunciaram a alteração arbitrária da política de desimplantação de empregados e cobraram reunião urgente com a direção da Petrobrás para tratar das reivindicações específicas dos embarcados.

As entidades alertam que, diante da falta de diálogo e do agravamento dos ataques, a categoria já discute a construção de uma greve unificada nas bases offshore, em defesa da segurança, da dignidade e do respeito à representação sindical. Para os trabalhadores embarcados, a pauta da FNP reforça demandas históricas: hotel pré e pós-embarque, logística de deslocamento custeada pela empresa, paga-

mento de horas extras de deslocamento, melhoria da hotelaria e alimentação a bordo, garantia de vale-alimentação proporcional, adequação das escalas e a criação de uma comissão específica de SMS para as plataformas, diante das condições críticas de segurança denunciadas em diversas unidades.

Diante desse cenário, a unidade construída entre FNP e FUP aponta para uma nova etapa de mobilização nacional, em defesa do ACT, contra os ataques aos regimes de trabalho e pelo respeito à representação sindical.

O Sindipetro-LP e a FNP reforçam ainda que a categoria busca um acordo com vigência de apenas um ano, e não dois. Em um contexto de instabilidade política e econômica, um acordo mais longo apenas fragilizaria a categoria diante de eventuais mudanças de governo ou novos projetos de privatização.

Agora é hora de ampliar a mobilização, fortalecer a unidade entre ativos, aposentados e pensionistas e participar massivamente das assembleias. Cada voto conta para mostrar à Petrobrás que não estamos para brincadeira.

Sem os petroleiros e petroleiras, o sistema Petrobrás para — e a história já provou que categoria unida é categoria vitoriosa.